

Intervenção Faial

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

Proponho nesta minha intervenção fazer uma análise da evolução da ilha do Faial ao longo dos tempos, centrando-me especialmente nas últimas três décadas de governação autonómica, para, a partir desta fotografia dinâmica, traçar um quadro prospectivo de desenvolvimento sócio-económico, estabelecendo igualmente um conjunto de prioridades, ao nível não só do investimento, mas também de definição de um conjunto de prioridades políticas e estratégicas para os próximos anos. Não sou juiz, nem advogado, de Deus e menos ainda do diabo, não esperem por isso desta minha intervenção que diga apenas bem do que se fez ao longo dos últimos dez anos e mal durante os vinte anos anteriores, muito menos o seu contrário.

O Faial tem sabido, ao longo da sua história de cinco séculos, manter-se na dianteira do desenvolvimento estratégico dos Açores. Soube fazê-lo no século dezanove quando foi iniciada, em 1876 a obra que viria a ser a mais determinante para o seu desenvolvimento. Refiro-me naturalmente à doca do Faial. Não se pense contudo que esta obra nasceu apenas da capacidade política dos protagonistas da altura, destacando-se no entanto, o papel a esse nível desempenhado pelo deputado Filipe Augusto de Carvalho. Ela decorreu sobretudo de um processo de afirmação económica, decorrente das especiais características da baía da Horta e da importância que o seu porto já apresentava, antes mesmo da construção do molhe-cais. Com efeito, o movimento comercial deste porto acentuou-se desde o primeiro quartel do século dezanove com a afirmação da independência norte-americana, activando-se as comunicações entre o velho e o novo mundo. Concomitantemente, aumentaram as necessidades de arribação, crescendo igualmente a capacidade de abastecimento de víveres, material náutico e combustíveis. O cônsul John Dabney e família, chegados à Horta no ano de 1809, estiveram na dianteira deste processo. Em termos comerciais, os vinhos e fruta eram os produtos mais relevantes ao nível da exportação. Estes produtos viriam no entanto a declinar, em meados do século dezanove, para dar lugar ao movimento dos navios baleeiros, que aqui deixavam o seu óleo. A partir de 1856 e de forma mais regular em 1871, com a instalação da casa Bensaúde na Horta, iniciam-se ainda as ligações marítimas da Horta com o continente.

A dinâmica criada em torno do novo porto viria a ser determinante para a ligação do primeiro cabo submarino, a 22 de Agosto de 1893, a que se juntaram mais catorze durante o final do século dezanove e início do século vinte. Destaque também para o significado das investigações do príncipe Alberto do Mónaco que conduziu no arquipélago dos Açores importantes estudos oceanográficos nos finais daquele século, de forma muito especial no banco Princesa Alice. Igualmente relevantes foram os contributos e o interesse manifestados nesta área do conhecimento pelo então rei D. Carlos que, associado à experiência e conhecimentos do Capitão Afonso Chaves, levou à criação em 1901 do Observatório Meteorológico dos Açores, instalado no monte das Moças em 1915 e denominado, a partir de 1923, de Observatório Meteorológico Príncipe Alberto do Mónaco. Seguiu-se, em 1928, a entrada em funcionamento da Estação Rádio-Naval da Horta, a primeira a ser instalada nos Açores, a que se seguiu a instalação da Estação Meteorológica da Marinha no Atlântico.

Relativamente ao porto da Horta e já em pleno século vinte, merece especial destaque o papel crucial que este porto desempenhou no desenvolvimento das primeiras ligações aéreas transatlânticas. Refiro-me concretamente ao trânsito de hidroaviões. Mais tarde, a partir das décadas 50/60, seriam os veleiros a movimentar e dinamizar este porto, movimento que aliás não pararia de crescer até aos nossos dias.

A erupção dos Capelinhos em 1957-1958, associada ao desaparecimento de um vasto conjunto de actividades económicas, em parte resultado também da situação de pobreza em que o país mergulhara, provocou o êxodo de parte significativa da população. A forte quebra demográfica que então se verificou diminuiu a população de sensivelmente 50%. O aeroporto do Faial, importante infra-estrutura, que conta já com mais de três décadas de existência, fora insuficiente para provocar um maior dinamismo económico, como o fora igualmente o estatuto político de Distrito obtido em 1835. Marcelino de Lima (Anais do Município da Horta, 1940) ao referir-se à Junta Geral do distrito da Horta escreve o elucidativo parágrafo:

“A produtividade desta corporação, no campo dos benefícios públicos, foi no entanto, até há bem pouco tempo, meramente platónica. Para bem cumprir os encargos que lhe atribuíam faltava-lhe em contra-partida (como faltava a todas) os recursos financeiros correlativos.”

Com o advento da autonomia continua a procurar-se na organização política dos Açores, nomeadamente através da conquista de uma certa centralidade, novos paradigmas para a ilha. O Faial obtém assim a sede da Assembleia Legislativa Regional e de alguns departamentos governamentais. Até 1996 são construídas duas importantes, mas escassas infra-estruturas: o Hospital da

Horta e a primeira fase da marina. Paralelamente, a Universidade dos Açores estende-se, ainda que de forma provisória, até à Horta por um pólo vocacionado para a oceanografia e pescas. A população, entretanto estabilizada a um nível de 15 mil habitantes, empregara-se de forma significativa na administração pública. Ainda assim, os faialenses souberam aproveitar e produzir novas dinâmicas económicas a partir destes investimentos. A marina viu o movimento de iates aumentar, com o que por arrasto surgiu em termos de pequenas e médias empresas, e o Departamento de Oceanografia e Pescas, não obstante a crónica falta de instalações e condições de trabalho, soube afirmar-se como um pólo de excelência de projecção nacional e até internacional.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

Sem dúvida o período durante o qual um maior número de obras foi concretizado na ilha do Faial correspondeu à era dos Governos do PS. Vejamos a elencagem das principais obras e investimentos iniciados e concluídos desde 1996:

- Reconstrução decorrente do sismo de 9 de Julho de 1998, com um investimento que rondou cerca de 250 milhões de euros.
- A construção do novo Entrepósito Frigorífico e das instalações da LOTAÇOR no cais de Santa Cruz;
- A construção do novo Matadouro da Horta;
- O prosseguimento e conclusão das obras realizadas no Porto da Horta e no Parque de Contentores;
- A aquisição de um Rebocador para o Porto da Horta;
- A Ampliação da Marina;
- A recuperação da antiga Fábrica da Baleia e a sua adaptação a museu e espaço polivalente;
- A construção das novas instalações da CALF;
- A Lagoa Artificial;
- As obras realizadas no Hospital da Horta, com a construção da Unidade de Cuidados Intensivos e do serviço de Hemodiálise e Hemato-Oncologia, bem como a aquisição de novos equipamentos;
- Na Casa de Infância de Santo António, investimentos superiores a 2 milhões de euros, que incluíram, entre outras obras, a remodelação e reconstrução do edifício do Jardim de Infância e Escola, a remodelação do edifício da creche e a construção de três residências femininas;
- Na Santa Casa da Misericórdia da Horta, investimentos superiores a 5,9 milhões de euros, com destaque para a construção do centro de Cuidados Geriátricos;

- Nas Estradas Regionais, o Fecho do Anel em volta da ilha. Destaque para a empreitada de reabilitação das E.R. nº1 – 1ª, troço Lombega/Trupes, incluindo o Ramal do Varadouro e o troço Espalhafatos/Trupes (numa extensão de 26 Km);
- As obras de beneficiação do Parque Escolar do 1º ciclo, com destaque para a construção da nova escola EB/JI da Vista Alegre;
- O apoio substancial na construção das novas instalações da Escola Profissional da Horta;
- Consolidação do farol dos capelinhos e instalação de cúpula.
- Aproveito, também, para referir um outro dado, revelador da confiança transmitida pelo executivo no fomento de investimentos privados. Neste momento, o Faial tem 928 camas à disposição dos turistas, prevendo-se, até 2008, a construção de cerca de 20 novas infra-estruturas turísticas.

São no entanto numerosos os investimentos em curso, destacando-se:

- A construção da nova Escola Secundária da Horta, adjudicada pelo montante de 18,4 milhões de euros, com prazo de execução fixado em 30 meses.
- A obra da Casa Grande, onde ficará instalada a Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, num valor de 4 milhões de euros e com prazo de execução de 30 meses é outro investimento estruturante, também, a decorrer e, há muito desejado pelos faialenses.
- Empreitada de reabilitação da E.R. nº1 – 2ª, troço Espalamaca/Largo Jaime Melo e E.R. nº2 – 2ª, troço Santa Bárbara/Largo Jaime Melo/Caldeira (numa extensão de 20 Km);
- Empreitada de execução da Variante à E.R. nº1 – 1ª, troço Feteira/Canadinhas/Santa Bárbara – Freguesia das Angústias (numa extensão de 2,5 Km);
- Empreitada de construção de 42 fogos no âmbito dos programas de custos Controlados e realojamento de famílias carenciadas;

Uma nota também para uma obra que, embora a realizar por investidores privados, deve o seu arranque ao empenho que o Governo Regional emprestou a mais esta concretização. Refiro-me concretamente ao futuro Campo de Golfe do Faial, a iniciar em 2007, correspondendo a um investimento superior a 5M€.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

Atendamos agora à evolução socio-económica do Faial, sensivelmente durante a última década, mais concretamente ao longo do período 1996-2004, procurando, sempre que possível, compará-la com idênticos parâmetros a nível regional.

A ilha do Faial possui uma área total de 173 Km², representando 7,5% do território terrestre da Região. A população, dividida por 13 freguesias, é constituída por sensivelmente 15,2 mil habitantes (14,9 mil em 1991), representando 6,3% da população açoriana. Percentualmente, a estrutura etária da população reflecte um envelhecimento relativo, repartindo-se da seguinte forma: 17% dos 0-14 anos (4^a posição a nível regional); 14,4%, 15-24 anos (5^a posição); 53,9%, 25-64 anos (2^a posição, só ultrapassado pelo Corvo); 14,6%, >64 anos. Durante aquele período o número de nascimentos manteve-se estacionário em torno de 180, tendo o número de óbitos diminuído de 225 em 1996 para 166 em 2004 (o que corresponde a uma evolução positiva das taxas de crescimento de -2,9 para +1,1), enquanto a nível regional a evolução de nascimentos e óbitos foi de 3554-3007 e 2718-2457, respectivamente.

O número de alunos em todos os graus de ensino, excluindo o ensino superior, mas incluindo a formação profissional, evoluiu de 3200 para 2800 para uma população docente que, também de 1996 para 2004, evoluiu de 226 para 208, respectivamente, correspondendo a 13,5 alunos por professor. Na Região e para o mesmo período o número de alunos e professores variou entre 56,8 mil e 53,7 mil e entre 4360 e 3970, respectivamente (rácio alunos/professores é também de 13,5).

Quanto aos serviços de saúde e para o Hospital da Horta, no mesmo período (1996-2004), o número de camas foi de 142-125 (15% das camas da Região em 2004), o número de consultas 27-36 mil (19% das com consultas da Região), o número de urgências 23-14 mil (9%) e o número de internamentos 3,7-3,4 mil (14%), isto para uma população de médicos e enfermeiros de 29-43 (12,6%) e 74-99 (15%), respectivamente. O número de consultas e urgências do Hospital da Horta, conjuntamente, representam 14,7% da Região, donde se poderá concluir que este Hospital serve uma população que representa quase duas vezes e meia a população da ilha o que dá boa nota do trabalho desenvolvido por aqueles profissionais de saúde. Estas proporções não estão muito longe das que encontramos para o Centro de Saúde da Horta que com 10 médicos e 21 enfermeiros em 2004, garantia 39 mil consultas e urgências. Registe-se no entanto o número de visitas domiciliárias, 12,8 mil em 2004 contra 84 mil visitas efectuadas na Região e que dá igualmente conta do bom nível de assistência domiciliária garantido por estes profissionais que merecem todo o nosso respeito e consideração, nem sempre reflectido nas intervenções a que assistimos nesta Assembleia.

Ao longo do período 1996-2004 o número de licenças emitidas para obras e novas construções evoluiu de 133 para 163 (1615-1985 na Região), com um pico nos anos de maior expressão da reconstrução, 2000 com 423 licenças e 2001-2002 com mais de 300 licenças em cada ano. O consumo de energia eléctrica evoluiu de 25 para 38 mil MW/h (6,8% do consumo da Região). As

mercadorias carregadas estiveram ao nível de 7,6 mil toneladas enquanto as descargas variaram, naquele período, de 69 para 113 mil toneladas. O movimento marítimo de passageiros registou uma evolução positiva de 135 mil para 190 mil e significou em, 2004, mais de 40% do movimento da Região. O movimento de embarcações de recreio na marina da Horta andou pelas 1,1 mil embarcações (1,8 mil na Região). Quanto ao movimento aéreo regista-se não só o significativo aumento (116-186 mil) como a manutenção do seu peso na Região (11%), não obstante o custo mais elevado das passagens, nomeadamente em relação a S. Miguel. Ao nível dos estabelecimentos hoteleiros observou-se uma variação francamente positiva de 4 para 44 unidades, correspondendo a uma evolução da capacidade hoteleira de 411-816 naquele período (actualmente, 928 camas com a abertura, entretanto do Hotel do Canal representando mais de 10% da Região) e a taxas de ocupação entre 30 e 35% (32 e 37% na Região), com um pico de 47% em 2001 (46% na Região). Estes números, associados ao movimento aéreo, dão bem conta da procura deste destino, da vocação turística da ilha do Faial e das potencialidades de crescimento deste sub-destino.

A produção de gado bovino (exportado vivo e abatido) variou entre 4,1 e 4,4 mil cabeças (1996-2004) representando, em 2004, 5,8% da produção regional, enquanto o gado suíno variou em termos de produção (abate) entre 3,1 e 4,1 (5,3% da produção regional). Enquanto isso, a produção de leite para a fábrica manteve-se nas 13,5 mil toneladas (menos de 3% da produção regional). Já a produção pesqueira apresenta um maior peso relativo, tendo evoluído de 2,1 para 1,2 mil toneladas (11% da produção regional) enquanto o valor estabilizou em torno de 2,5 milhões de Euros (9%).

Olhemos agora para o sector empresarial, seu impacto na ilha, evolução e peso relativo. O número de estabelecimentos cresceu de 599 para 636 unidades (8,3%) enquanto o número de trabalhadores passou de 3568 para 3694 (7,6%). Note-se que, em 2004, enquanto o número de trabalhadores afecto ao sector empresarial, na Região, representava 20% da população, no Faial a sua expressão ascendia a 24%. Quase oitenta e oito por cento desses estabelecimentos (558, para 1520 trabalhadores) eram de pequena dimensão (menos de 10 trabalhadores/estabelecimento), sendo menos de 11% (68, para 1355 trabalhadores) de dimensão média (10-49 trabalhadores) e apenas 10, empregando 819 pessoas, tinham 50 ou mais. Em termos de emprego por sectores de actividade, a construção era primeiro (967 trabalhadores), seguindo-se o comércio (866), indústria (424), hotelaria e restauração (332), saúde, excluindo serviços públicos (278), transportes e comunicações (256) e imobiliário (241). Por reflectir a estabilidade do emprego é também interessante registar a antiguidade dos trabalhadores: 1024 (<1 ano); 1426 (1-4 anos) e; 1303 (>4 anos). Em termos de qualificações, 13% eram quadros superiores e médios, 60% eram quadros qualificados e os restantes (27%) não qualificados ou aprendizes.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

Resultam da perspectiva evolutiva que no início da minha intervenção procurei traçar desta ilha do Faial algumas notas que nos podem ajudar a definir as prioridades que ao nível estratégico, e não apenas de investimento, devem ser tidas em linha de conta. Primeiramente, que não existe uma relação directa entre a dimensão política de uma ilha e a sua escala económica, sobretudo quando essa se encontra demograficamente reduzida, como tem sido o caso do Faial, mas também do Pico e de muitas outras ilhas, nos últimos 30 anos. Resulta deste facto a necessidade de o Faial crescer, fixando os faialenses à sua terra e recrutando, se necessário, mais gente de outras parcelas do território regional, nacional ou mesmo proporcionar o aumento dos fluxos imigratórios. O próprio processo da reconstrução favorece a tomada de uma tal medida. Em paralelo, deverá proporcionar-se um contínuo aumento dos fluxos entre o Faial e o Pico, já que estas duas ilhas se constituem como uma unidade sem paralelo na Região, proporcionando-se assim ganhos de escala. Ao nível turístico é importantíssimo promover a realidade destas duas ilhas e as suas ofertas, a Paisagem da Vinha da Ilha do Pico, hoje Património da Humanidade, o seu património natural e cultural, a montanha. Do lado do Faial, a baía com os seus iates, o seu património histórico, o vulcão. Só perderemos se não o conseguirmos fazer, ultrapassando bairrismos barrocos e insensatos que chegam mesmo a minar o relacionamento das autarquias numa mesma ilha.

Por outro lado, este empreendimento só será bem sucedido, se for acompanhado de investimento ao nível das ligações marítimas e aéreas, como forma de aumentar os fluxos entre as ilhas e destas com o exterior, mas também tornando este destino mais competitivo e interessante, diminuindo progressivamente a forte sazonalidade que se observa ao nível do turismo, a exemplo do sucesso alcançado na ilha de S. Miguel. Resulta pois a necessidade de se avançar rapidamente para o adequado ordenamento do porto da Horta e bem assim para a ampliação da pista do aeroporto, proporcionando a aterragem de aviões de maior porte, abrindo-se desta forma perspectivas de dispormos futuramente de ligações charter entre o Faial e o exterior.

Relativamente ao projecto de ordenamento do porto da Horta é fundamental que se proporcione uma melhoria da funcionalidade do mesmo, individualizando as diversas actividades que a ele afluem, aumentando as áreas acostáveis e melhorando as condições de carga e descarga de mercadorias e pescado, bem como a melhoria das condições de manutenção e reparação de embarcações, sobretudo no que se refere às embarcações de recreio e pesca. Importa igualmente melhorar as condições de recepção e

acessibilidade aos passageiros em viagem e actividades de recreio náutico, devendo também aproveitar-se esta oportunidade para proporcionar a melhoria das condições do Clube Naval da Horta, tanto em termos de serviços como de espaço para armazenamento e manutenção de equipamentos náuticos.

O que acima referi não diminui a satisfação com que assistimos à assunção de compromissos ao nível da construção de marinas em diversas outras ilhas dos Açores, algumas das quais já a decorrer. É com agrado que assistimos à execução destes projectos e obras, que proporcionarão uma maior ligação dos açorianos com o mar. No entanto, este facto só reforça a urgência de se avançar com o adequado reordenamento do porto que melhor tem sabido ao longo da sua história afirmar-se e proporcionar o desenvolvimento da ilha que vem servindo ao longo de século e meio de existência. A economia do Faial sempre viveu na dependência do seu porto. O Faial não receia uma qualquer concorrência, desde que lhe sejam oferecidas as adequadas condições ao exercício das actividades que a ele acorrem. Sendo igualmente necessário travar alguns ímpetos tendentes a centralizar numa mesma ilha o movimento de carga/descarga que desde há séculos, como vimos, vem sendo desenvolvido neste porto da Horta.

Uma palavra também para o DOP. Também neste caso falamos de uma instituição que tem sabido afirmar-se ao longo da sua existência de mais de um quarto de século. O DOP nasceu de um projecto de construção de uma Universidade tripolar que, por incapacidade financeira nalgumas fases do seu crescimento, e por clara falta de vontade e ímpetos eminentemente centralistas noutras, acabou sendo sempre remetido para última prioridade dos investimentos da Universidade. O DOP tem agora o seu projecto concluído e em fase de avaliação. Contamos com a vontade, manifesta, do Governo Regional para desbloquear mais este investimento da responsabilidade da própria Universidade, sob tutela do Governo da República, na certeza de que este é também um investimento claramente importante para o Faial e para a afirmação da Região numa área de crucial importância política, económica, científica, social e até cultural.

Não quero terminar sem antes deixar uma palavra de reconhecimento que dirijo ao Governo Regional e a todos quantos ao longo destes últimos anos participaram no processo de reconstrução da ilha do Faial. Uma palavra especial para os açorianos que, de forma solidária, permitiram a concretização desta obra sem paralelo na Região, no País e, arrisco mesmo afirmar, na Europa e no mundo.

Solidariedade é uma palavra-chave nos Açores que vimos construindo sendo que, do reforço a que temos assistido das suas diversas expressões só podemos esperar também o crescimento do sentido de açorianidade que nos une e distingue. É por isso também que estamos ao lado do Governo Regional

neste projecto designado como ilhas de coesão. Penso que é nossa obrigação retribuímos a solidariedade recebida durante os últimos anos. De resto, numa Região como a nossa, frequentemente assolada por calamidades, como as que ocorreram na Povoação na segunda metade da década de 90, ou em Angra do Heroísmo no início da década de 80, estamos obrigados a manter uma postura de constante solidariedade. A política não pode ser reduzida à arte de tudo sacar para proveito daqueles que servimos, por mais dividendos políticos que essa atitude nos possa trazer.

Ao terminar, quero deixar uma mensagem, que dirijo a todos os faialenses, no sentido de continuarmos a trabalhar pelo reforço da riqueza produzida por esta ilha, com sentido das nossas prioridades, capacidade organizativa, espírito de solidariedade e a abertura ao exterior que sempre nos caracterizou. Só assim poderemos alcançar sempre melhores patamares de desenvolvimento social e económico, recuperando também a pujança relativa que o Faial apresentou em diversos períodos da sua história. Reconhecemos a obra realizada. Saberemos quando necessário reconhecer os erros e as falhas. Aguardamos por idêntica postura por parte da oposição.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 29 de Junho de 2006

O Deputado à Assembleia Legislativa Regional
Hélder Marques da Silva